

Equipe de Realização: Teresa Cristina Silveira da Mota,
tradução; Paulo de Salles Oliveira, revisão; Lúcio Gomes
Machado, planejamento gráfico.



EDITORA PERSPECTIVA

do século XIV estendeu aos limites das jovens monarquias nacionais as preocupações e as práticas das cidades da Idade Média.¹

A regulamentação destas economias urbanas obedecia a certos imperativos que vamos reencontrar na política económica das monarquias europeias. Os escabinos e os magistrados municipais velavam pelo reabastecimento da cidade em produtos alimentícios e em matérias-primas, base de toda a sua atividade econô-

ómica, preocupações que se exprimem nos estatutos municipais. A preocupação mercantilista é determinante nas decisões de 1455, 1463 e 1464, que proíbem os lanifícios e as fábricas de seda estrangeiros.

Outra antecipação mercantilista: o cuidado de evitar as saídas de numerário e as exportações de ouro e de prata. Já em 1381, o Parlamento solicita a opinião dos peritos neste assunto e, sob sua recomenda-

especiarias do Levante. Encoraja a produção mineira na França, e favorece as manufaturas de tecidos finos ou de sarjas de seda. Introduzindo o trabalho e a tecelagem da seda, procura diminuir as compras de produtos de luxo no estrangeiro, e estabelecer uma balança comercial mais favorável. Este intervencionismo responde ao mesmo tempo aos interesses de alguns grandes mercadores e às necessidades financeiras do soberano, consciente da estreita solidariedade entre o

Renascimento. O autor inglês dos diálogos, redigidos em meados do século, e publicados em 1581, sob o título *A Compendious or brief examination of certain ordinary complaints*², coloca na boca de um de seus personagens recomendações bem significativas: "Acabando com a importação das mercadorias fabricadas no estrangeiro, e que poderiam sê-lo entre nós, restringindo a exportação de nossas lãs, peles e outros produtos no estado bruto, chamando artesãos de fora sob o con-

dos câmbios ao controle de agentes do governo, é um fracasso. Fracasso também de todas as disposições concernentes ao transporte do numerário ao estrangeiro. Como vigiar as fronteiras, os portos, quando o governo dispunha de tão poucos agentes e de meios tão lentos de transmissão; como não admitir, enfim, os argumentos dos mercadores, que invocam a necessidade de certas importações indispensáveis aos fabricantes franceses ou anteriores a certas reexportações. O caráter

terdita a entrada dos tecidos estrangeiros em Florença e a exportação das sedas brutas. Na França, as restrições impostas à livre importação compreendiam primeiramente os produtos de luxo, tecidos de ouro e de prata, cetins e damascos. Depois, em 1538, a pedido dos Estados de Languedoc, Francisco I proibiu a entrada de tecidos da Catalunha e de Castela. Nos Estados Gerais de 1576, o Terceiro pede a exclusão de todos os manufaturados estrangeiros. Em 1581, pela pri-

frear a alta dos preços castelhanos!

Em nenhuma parte as idéias e as "reccitas" constituem uma doutrina coerente. Os maiores espíritos do século hesitam entre a teoria quantitativista da moeda e a da balança comercial. No período da alta européia dos preços, o protecionismo manufatureiro e o bulionismo não se arriscam a acelerar a inflação, ninguém é capaz de perceber claramente o problema e de resolver a aparente contradição. A irregularidade das co-

enimento do mercantilismo na França dos Bourbons e na Inglaterra de Elizabeth a Guilherme III.

A aspereza das competições internacionais em que se viram envolvidos os dois países excitou seu jovem nacionalismo econômico. O prêmio era, primeiramente, a exploração das riquezas do Império espanhol, que o débil poder do soberano de Madri e a apatia de seus súditos não mais conseguiam animar; era ainda o monopólio das reexportações das drogas e das especiarias

ridade do Controlador-geral, podem seguir melhor as flutuações das trocas. Também os progressos da reflexão teórica guiam mais seguramente os administradores e os ministros. As obras de Mun, Child, Davenant e Petty assinalam os primeiros passos da economia política; na França, Laffemas, Montchrétien, o próprio Richelieu, inspiram Colbert diretamente. Uma certa laicização do pensamento político sob a influência do

to quanto um serviço ao Rei.
Colbert colocou na exposição de suas idéias uma clareza, uma força de convicção e na realização de seus projetos uma energia que teriam merecido um melhor sucesso. Mas pouco inovou. Foi Barthélemy de Laffemas quem primeiro, logo em seguida ao desastre nacional que foram as guerras de religião, se fez apolo-gista do trabalho criador e adversário desta letargia econômica que ameaça a França. Em uma dúzia de

tinuidade e perseverança na execução, ao longo dos 22 anos de seu ministério; fatigado, não era senhor nem da conjuntura, nem da bolsa de seu rei. Por muitas vezes, Colbert formulou na sua correspondência os princípios do mais estrito mercantilismo. "Concordar-se-á facilmente, escreveu em 1664, em que somente a abundância da prata num Estado é que faz a diferença de sua grandeza e de seu poderio"; alguns anos mais tarde, precisa: "Há somente uma mesma quantidade

de 50 soldos por tonelada, sobre os navios estrangeiros que freqüentam os portos franceses. Já em 1664, concede subvenções à construção marítima e as réplicas francesas dos Atos de Navegação britânicos lhe permitem elevar, no fim da vida, as marinhas de guerra e de comércio a um nível até então inigualado. Não há um único setor da produção manufatureira, um único negócio remoto que escape à sua intervenção. Arsenais, fundições de canhões, manufaturas de renda, de

gisação comercial menos arcaica, uma tecelagem novamente próspera, e uma manufatura de telas de linho e de cânhamo que se tornou a primeira da Europa. As companhias coloniais decaíram, mas as Antilhas e o Canadá receberam novos colonos, e todos os portos do Atlântico entraram em nova atividade.

A personalidade e a obra de Colbert suscitaram, durante sua vida, e após a sua morte, violentas oposições e ásperas polêmicas. Alvo de muitos panfletos

Não menos fundamentadas que as críticas formuladas pelos representantes dos interesses agrários, parecem-nos as reticências de alguns negociantes com relação ao colbertismo. Ao lado dos mercadores xenóforos que reclamam e aprovam o protecionismo aduaneiro, existem incontestavelmente, na França do século XVII, homens de negócio que conhecem a solidariedade complexa das trocas internacionais e temem as represálias estrangeiras. Os Seis grandes corpos dos

reavaliação mais leniz da livre circulação, que constitui uma verdadeira deflação em plena crise econômica, e que teve de revogar no ano seguinte, diante dos protestos dos mercadores e dos banqueiros. Mais grave é sua incompreensão, e deve-se dizê-lo, de muitos de seus compatriotas, diante das reformas monetárias inglesas de 1662, que introduzem, como nas Províncias Unidas, maior liberdade da circulação das espécies e dos lingotes. À luz destas comparações, os limites do colbertismo

de Navegação, a Coroa opôs obstáculos a livre circulação e ao livre tráfico dos navios estrangeiros nos portos britânicos. Como na França, foi entre 1580 e o fim do século XVII que o mercantilismo se impôs com maior força e coerência. As ameaças exteriores contribuíram para o seu sucesso, e por duas vezes apareceu como um elemento essencial da defesa nacional. As lutas que os marinheiros e os corsários de Elizabeth mantinham contra as frotas e as colônias de Fi-

aperfeiçoa, e ajuda a Inglaterra a assumir, na Europa, uma verdadeira supremacia marítima e comercial e, talvez, já a supremacia industrial.

Como em todos os outros países da Europa, o mercantilismo adquiriu na Inglaterra três formas essenciais: proteção, da moeda e dos estoques de metais preciosos, proteção da produção, encorajamentos e favores à marinha e ao comércio nacional.

prosperidade do comércio britânico e preparava seus progressos ulteriores. A tarefa do governo não era mais regulamentar o movimento das espécies, mas orientar e dirigir as correntes do comércio para garantir um saldo positivo.

Esta teoria da balança comercial ditava os outros aspectos da política mercantilista. Para assegurar, na medida do possível, sua própria subsistência, o reino devia desenvolver certas produções, reservar à sua ma-

Como antes da França, do medo obsessivo da penúria e da fome. Ousando favorecer a exportação dos cereais e limitando as importações, soube encorajar sua agricultura e manter seus progressos. Já nos séculos XV e XVI fora estabelecido o princípio da liberdade de exportação quando os preços internos do trigo não excedessem um certo nível. Após a Restauração, um ato de 1670 suprimiu todas as condições e todas as restrições. Melhor ainda, em 1674, foram concedidas subvenções aos ex-

te os primeiros anos da Restauração, outras disposições completaram a constituição do sistema, reservando à metrópole o essencial do comércio colonial. O regime da exclusividade contribuiu também para a prosperidade da marinha britânica.

Este protecionismo rigoroso suscitou, naturalmente, a hostilidade dos países vizinhos. Os Atos de Navegação contribuíram para o desencadeamento das três guerras marítimas anglo-holandesas, e o conflito tarifá-

obstáculos e preconceitos herdados do passado, e contribuíram para fazer do mercantilismo um meio muito eficaz de poder e de progresso nacional.

O exemplo da Suécia, como o da França e da Inglaterra, poderia ilustrar as histórias paralelas do mercantilismo e do absolutismo. Monarquia nacional e por um momento grande potência europeia, a Suécia da rainha Cristina e de Carlos XI procurou desenvolver suas exportações e sua marinha. Tentou mesmo, às

Em nenhuma parte da Europa, encontra-se no século XVII intervencionismo tão coerente, tão sistemático como na França, na Inglaterra ou, em menor escala, na Suécia. Todavia, os projetos mercantilistas são universais, e em toda parte, nas deliberações dos Conselhos de governo, encontram-se as mesmas decisões, as mesmas proposições e todos os argumentos que a literatura econômica da época popularizava. A Dinamarca como a Baviera, os Estados dos Habsburgos como os princi-

comercial. As Províncias Unidas eram contrárias às proibições, e contra os ingleses defenderam o princípio da liberdade dos mares. Em plena guerra, a Holanda manteve muitas vezes para seus súditos a liberdade de comerciar com os países inimigos. Durante a guerra da Independência, negociantes de Amsterdã não hesitam em fornecer aos espanhóis navios e munições. A prática é a mesma durante as guerras contra a França. Em 1674, as hostilidades não impedem a retomada do ne-

Holanda. Neste livro excepcional, traduzido para o francês sob o título enganoso de *Mémoires de Jean de Witte*, já se descobrem certos temas da escola liberal. O autor defende a liberdade de fabricação e de comércio. Propõe uma tarifa aduaneira de inspiração mercantilista, mas cuja moderação deveria regular os interesses do negócio: "Poder-se-ia ainda taxar um pouco mais que as nossas, as mercadorias estrangeiras que se podem fa-

do interesse geral. Era uma situação sem perigo, enquanto durou a superioridade da marinha e do comércio holandeses, mas se tornava cada vez mais perigosa desde que a França e a Inglaterra constituíram uma marinha, colônias, ampliaram seus negócios estrangeiros sem sacrificar suas produções nacionais.

Toda a história da Europa nos séculos XVII e XVIII ilustra esta incapacidade de um Estado frágil,

diante de seus concorrentes da Europa do Norte e do Oeste. O tratado dos Pireneus concede ao comércio francês importantes vantagens na península, os tratados de Utrecht entregam parcialmente aos ingleses a exploração do império. Desgraça nestes tratados para as províncias periféricas ainda mais vivamente sacrificadas. Milão e Nápoles entram em decadência econômica. A fragmentação territorial vota à impotência os esforços

tava muito debilitado, demasiado embaraçado nas intrigas diplomáticas para complicar ainda mais seus processos. De 1660 a 1711, as exportações de rendas dos Países Baixos destinadas às Ilhas Britânicas cessaram progressivamente, as de tela passaram de 30000 a 2000 peças, enquanto que, segundo a tarifa de 1680, os tecidos ingleses não deviam mais de 4 a 6% de seu valor, à sua entrada nos Países Baixos. De nada adiantaram

todos foram buscar no mercantilismo suas receitas de poderio econômico. Em toda a parte, da Europa Mediterrânea à Europa Central e Oriental, de alguma maneira se vê renovar-se a empresa colbertista e se multiplicarem no mesmo ritmo as reformas administrativas e as iniciativas mercantilistas. Ao esforço empreendido para modernizar a administração, suprimir os particularismos, os costumes locais, corresponderam as empresas de

De todos os soberanos da Europa Central e Oriental da segunda metade do século XVIII, é ele provavelmente aquele cuja administração econômica mais lembra o ministério de Colbert. Escreve no seu *Ensaio sobre as Formas de Governo* que, para prosperar, um país deve possuir, antes de tudo, uma balança comercial favorável, e acrescenta que é preciso utilizar suas próprias matérias-primas nas manufaturas nacionais, fundar outras

corresponde a motivações financeiras, é um sistema de produção, de riqueza e não de distribuição. Inspiram-no preocupações profanas, uma filosofia laica do Estado. O maquiavelismo expulsou, em grande parte, todo escrúpulo paternalista, religioso ou moral, e a política social somente aparece, pelo menos no século XVII, sob a forma de uma política interna, de uma segurança contra a insurreição. A monarquia sela sua aliança tem-

lamanca, Oxford, 1952.

(11) O artigo de H. CHAMBRE (Possochkov et le mercantilisme, Cahiers du monde russe et soviétique, 1963) evoca a possível influência dos economistas poloneses do século XVI, N. Copérnico e Frycz-Modrzewsky e assinala a existência na Rússia de traduções de obras ocidentais. Mas insiste sobre a originalidade de Possochkov.

(12) Não mais na Rússia de Pedro, o Grande, do que na Prússia de Frederico II, é cômodo conciliar a existência da servidão nos campos e as necessidades da mão-de-obra das manufaturas.

nem quanto à natureza da teoria, nem quanto às características do intervencionismo que ela justifica. Para uns, são mercantilistas os que identificam a riqueza nacional e o volume das espécies em circulação, para outros são mercantilistas os que proclamam a necessidade da auto-subsistência nacional e mantêm a xenofobia contra os mercadores e os produtos estrangeiros. Para outros ainda, sem dúvida os mais bem inspirados, a doutrina repousa sobre a idéia de que a intervenção do Estado

mundo habitado, depois a abertura destes novos mercados aos empreendimentos da economia européia, é o crescimento de novas metrópoles financeiras no velho continente, e cedo, para certas populações, uma modificação brutal de suas condições de vida. As novidades do século XVI ainda são estas monarquias poderosas, faustosas, mas sempre com pouco dinheiro, estes Estados e estes Impérios envolvidos nas guerras mais onerosas, estes príncipes solicitando os banqueiros. Como

depois os memoriais e os livros de Barthélemy de Laffemas, conselheiro de Henrique IV, e defensor infatigável das manufaturas do reino. Os escritos devidos à pena ou à inspiração de Richelieu, em parte, têm seu lugar nesta literatura pouco original e, freqüentemente, tão monótona quanto prolixa. Citemos ainda o *Traité des Monnaies* de Henri Poullain, surgido em 1621, o *Règlement général sur toutes sortes de manufactures qui sont utiles et nécessaires dans le royaume* do Marquês de

gland's Treasure by foreign Trade, de Josiah Child, diretor da mesma companhia, de Charles Davenant, de Dudley North, mercador na Turquia, depois prefeito de Londres, de William Petty, sábio, médico, mas também feliz especulador. Esta riqueza da literatura econômica na França e na Inglaterra não nos surpreende; são os dois países onde a política mercantilista se revestiu de maior coerência e continuidade.

cuparam, sobretudo, com a administração dos tesouros principescos e com a reconstrução do país, devastado pela Guerra dos Trinta Anos. Entre estes "cameralistas" contam-se, sobretudo, Johann Becher, infeliz empresário de manufaturas em Viena e Munique, e autor em 1668 de um *Discurso das Causas dos Progressos ou da Decadência dos Impérios, das Cidades e das Repúblicas*. Seu sucessor na direção da manufatura de Viena, Von

dos mercadores e dos manufatureiros. Sem romper as antigas solidariedades, o Estado admite e sanciona um novo equilíbrio dos grupos sociais. A política e a doutrina mercantilistas revelam ao mesmo tempo uma evolução das instituições administrativas, das vontades políticas e um progresso da sociedade. A comunidade de interesses entre o Estado e os principais agentes do desenvolvimento econômico constitui um poderoso fator de unificação nacional, dá à coisa pública, à razão

Franga, absorvem o seu menor sangue e dele se fartam”³. Os autores ingleses não são mais indulgentes que Antoine de Montchrétien, e já na metade do século XVI o *Compendious* denunciava “a contínua espoliação de nosso bem e de nosso dinheiro”. Esta vontade de independência econômica dissimulava freqüentemente a ambição de dominar as potências estrangeiras. Estava ligada, no pensamento dos mercantilistas, à convicção da superioridade natural, e mesmo providencial de

III. O programa aduaneiro e manufatureiro, a apologia do trabalho criador

Em tais condições, não realizar o programa comercial e manufatureiro do mercantilismo seria de uma passividade criminoso. Todos os autores recomendam a

os méritos do comércio por mar: "Esta fonte fecunda que traz a abundância aos Estados e a difunde entre seus súditos, na proporção de sua indústria e de seu trabalho, não há meio para adquirir fortuna que seja mais inocente e mais legítimo". A intenção evidente é combater uma tradição de desconfiança e de repugnância com relação ao lucro e à atividade comercial, é um combate necessário para Colbert numa época de renascimento católico e num país, em parte, influenciado pela

Larremas. E mais ou menos convicção puritana que a atividade econômica do homem transforma o mundo conforme um desígnio de Deus. "O homem nasceu para viver em contínuo exercício e ocupação"⁹. Da exaltação do trabalho produtivo, passa-se assim, insensivelmente, à legitimação da ambição profana e do lucro; todos os mercantilistas não foram tão longe, mas estas afirmações revolucionárias se encontravam como virtualidades no coração de seu sistema.

lhês havia ensinado, com os rudimentos da teoria quantitativista, os riscos dos entesouramentos estéreis. Muitos ensinavam que uma numerosa população industrial, um solo fértil sob um clima favorável, manufaturas e uma marinha ativa eram as verdadeiras fontes da riqueza. “Não é a abundância de ouro e de prata, a quantidade de pérolas e de diamantes que faz os Estados ricos e opulentos, é a acomodação das coisas necessárias à vida é à vestimenta”.¹³ Oitenta anos mais

prosperidade e de poder. Esta permanente preocupação com o equilíbrio das importações e das exportações faz a realidade e a unidade do pensamento mercantilista.

A própria noção é antiga; já no fim do século XIV um oficial da Moeda inglesa, R. Aylesbury, explicava que o excedente das exportações asseguraria a abundância das espécies. A idéia é inteiramente banal já na metade do século XVI, figura em bom lugar no *Compendious* (1549), cujo autor, como Jean Bodin em

os movimentos da prata através das fronteiras. Explica ainda como se deve calcular esta balança: no ativo, para as mercadorias exportadas, acrescenta ao custo da produção o lucro do comerciante, o frete e o preço dos seguros, se as mercadorias são transportadas em navios ingleses; no passivo, toma por base o preço de venda na Inglaterra, deduzindo os direitos de alfândega e o frete se estas mercadorias são importadas por mercadores ingleses e em navios ingleses. Chama também a atenção

V. A evolução das doutrinas econômicas. Oposição e Matizes

Na França, a obra e a personalidade de Colbert concentram por longo tempo, por tempo demais, a atenção. É para ou contra o colbertismo que se escreve ou argumenta. Os defensores de seu sistema, muitas vezes protegidos ou encorajados pela administração,

liberdade é a alma do comércio, excita o gênio e a aplicação dos mercadores, e mantém a abundância". Os negociantes, Thomas Legendre de Rouen, Descazeaux de Nantes, Annison de Marseille, utilizam mais ou menos as mesmas fórmulas. Como eles, Pierre Daniel Huet, no *Trésor historique et politique du florissant commerce des Hollandais*, evoca o brilhante êxito dos livres mercadores de Amsterdã. Censura-se também à política aduaneira de Colbert o fato de ter compromete-

ria, com efeito, muito mais abundante. Pesant de Boisguilbert que rejeita os modelos da época, e propõe uma interpretação original da vida econômica. A miséria camponesa e a baixa dos rendimentos agrícolas no fim do reinado de Luís XIV, tal é o mal de que Boisguilbert procura primeiramente as causas e os remédios. Foi o retrocesso do consumo que arruinou o reino, afirma no *Détail de la France* (1695), os impostos excessivos e mal distribuídos, as ajudas e as aduanas

leis naturais. "A questão não é agir, mas é necessário parar de agir com a grande violência que se faz à natureza... em breve, esta mesma natureza libertada... restabelecerá o comércio e a proporção dos preços entre todos os gêneros"¹⁷. Aqui, Boisguilbert é realmente o precursor dos fisiocratas, de Adam Smith e de Jean-Baptiste Say. Opõe-se fortemente aos princípios do mercantilismo em matéria aduaneira, monetária e manufaturei-

De livro em livro, vê-se por vezes evoluir o pensamento do mesmo autor, no qual podem misturar-se os princípios do mercantilismo e as antecipações liberais, e acontece não se saber muito bem se se deve exaltar a diversidade fecunda das doutrinas mercantilistas ou celebrar os precursores desconhecidos do *laissez-faire*. Não se trata, como na França, de uma literatura de oposição semiclandestina, e imediatamente pouco eficaz,

franceses justificam pouco a pouco a noção inglesa da liberdade comercial. O exemplo da Holanda fornece argumentos suplementares aos partidários do Free-Trade, e tanto Child como Davenant invocam com frequência as descrições que W. Temple e Pierre de La Court pintaram da prosperidade e da política das Províncias Unidas. As necessidades da polémica ainda inspiram outras reflexões; assim, celebram-se as vantagens da divisão internacional do trabalho, que estimula a invenção,

fixar os preços no comércio, pois seu nível deve-se fixar e se fixa por si mesmo" e C. Davenant resume a nova teoria do comércio: "O negócio é, por sua natureza, transação livre, encontra seus caminhos e dirige melhor suas empresas; todas as leis que tentam limitá-lo, regulá-lo e orientá-lo podem ser úteis a interesses particulares, mas muito raramente são vantajosas para o público"²⁰. Nos mercados em que se determinam os preços justos pelo jogo da oferta e da demanda, a liber-

nacional e o meio mais seguro de tirar as espécies para o reino, muitos historiadores e economistas colocaram a questão. Enquanto Schumpeter exalta Child como um precursor do *laissez-faire*, Letwin reduz a importância teórica da sua obra, e C. H. Wilson o considera ainda como um mercantiista esclarecido. Estas contradições não surpreendem, pois que jamais houve "escola mercantilista", constituída e consciente de si mesma. Esta questão de denominação e de classificação não é essen-

apudao para a concorrência. Mesmo na ausência de movimentos efetivos das espécies, como evitar que as flutuações dos câmbios corrijam os desequilíbrios e diminuam rapidamente as exportações do país credor. Os mais lúcidos mercantilistas, Thomas Mun, por exemplo, sentiram o problema mas não conseguiram resolvê-lo e integrar num só sistema variáveis concomitantes: os movimentos monetários, os câmbios, os níveis dos preços, os saldos das balanças. O banqueiro inglês Richard

Hume, aparentemente não restam mais fundamentos às práticas do nacionalismo econômico. O caminho está livre para A. Smith, J.-B. Say e o otimismo das “harmonias econômicas”.

A Inglaterra contribuíra de maneira decisiva para o nascimento desta nova ciência: a economia política. Possui neste domínio um avanço incontestável sobre a França, sua vizinha e rival comercial, onde os constrangimentos espirituais, a experiência frustrada de Law, o

- (13) *Op. cit.*, p. 241.
- (14) VAUBAN, *Oisivetés et Correspondance*. Ed. 1910, t. II, p. 89.
- (15) "Tão logo os metais preciosos se tornam objetos de comércio, e equivalentes universais de todas as coisas, tornam-se também a medida do poderio respectivo das nações, donde o sistema mercantil." STEUART, citado por K. MARX, *Fondements de la critique de l'Economie politique*, 1967, t. I, p. 468.
- (16) VERON DE FORBONNAIS, F. *Principes et observations économiques*. Ed. Guillaumin, t. IV, p. 226.